

O primeiro trimestre de 1999 caracterizou-se por ser um período de alta turbulência na economia brasileira, razão pela qual, ora em diante, dificilmente deixará de ser tratado na literatura econômica contemporânea como o "pior" momento ou fase do Plano Real. A necessidade cada vez mais premente de uma desvalorização do real frente ao dólar explicitou a fragilidade das bases de funcionamento do Plano, prenunciando, pelo menos desde o último trimestre de 1998, a necessidade e a inevitabilidade de mudanças em sua principal âncora. Àquela época, seria tarefa extremamente difícil — senão impossível — mensurar o tamanho do "estrago" que tal medida provocaria nos rumos e perspectivas do Plano Real. Não havia como se prever a forma pela qual os mercados internacional e nacional reagiriam à tamanha transformação, mas sabia-se, de antemão, que "correções de rumo" poderiam desdobrar-se em severas "perdas de credibilidade" na política econômica brasileira, cujas conseqüências seriam devastadoras no que tange às condições de estabilidade do referido Plano. Findo o primeiro trimestre, as autoridades econômicas nacionais parecem ter retomado o controle da credibilidade nos rumos da política econômica — tanto em nível interno quanto externo — e a tão perseguida "estabilidade" parece ter voltado à ordem do dia.

Entretanto resquícios da crise vêm-se manifestando no agravamento do desemprego, no aprofundamento da recessão e no iminente colapso fiscal e financeiro. Além disso, a assinatura do Acordo com o FMI, se, de um lado, sinalizou uma retomada da confiança dos "investidores externos", por outro, deixou-nos, como contrapartida, a necessidade de cumprimento de metas macroeconômicas inexeqüíveis para quaisquer perspectivas de recuperação do crescimento econômico de curto e médio prazos.

Acreditamos que esse cenário deverá persistir nos próximos meses, o que não implica minimizar os efeitos "desestabilizadores" da crise cambial de janeiro de 1999 sobre os fundamentos do Plano Real e, conseqüentemente, sobre os alicerces estruturais da própria economia brasileira. A quase-totalidade dos textos que se seguem na presente edição busca contemplar as diversas repercussões da referida crise cambial sobre múltiplos aspectos e setores das economias nacional e gaúcha.

Como de praxe, esta edição está subdividida em três seções: **Conjuntura Econômica**, **Tema em Debate** e **Artigos de Conjuntura**. Na **Conjuntura Econômica**, analisa-se o novo programa de ajuste fiscal, cujo texto é de autoria de Isabel Rückert e Maria Luíza Borsatto; na **Agricultura**, Vivian Fürstenau discute os reflexos da desvalorização cambial sobre a comercialização da safra 1998/99; e Raul Luís A. Bastos analisa a situação do mercado de trabalho na RMPA, no início de 1999.

Na seção **Tema em Debate**, não poderíamos abordar outro tema que **A desvalorização cambial "versus" a (des)estabilização do Plano Real**. Para tanto, convidamos alguns professores e economistas a analisarem, sob diferentes óticas, a referida problemática. A seção ficou composta de sete artigos, segundo a seguinte subdivisão: os quatro primeiros centram-se em aspectos mais gerais dos efeitos da crise cambial sobre os (des)caminhos do Plano Real. Os três últimos tratam de questões mais específicas, a saber: o quinto discute os reflexos da desvalorização cambial sobre a agricultura; o sexto trata dos efeitos do câmbio desvalorizado sobre o Mercosul; e o último propõe-se a avaliar criticamente a série de "interpretações" que proliferaram no País buscando dar conta da crise cambial.

Assim, o **Tema em Debate**, ficou integrado pelas seguintes contribuições: o Professor Reinaldo Gonçalves do Instituto de Economia da UFRJ abre a discussão analisando os efeitos da maxidesvalorização e a vulnerabilidade externa daí decorrente. O economista e colega da FEE Enéas Costa de Souza reaparece nas páginas da Revista "operando" três questões centrais derivadas da crise cambial. O Professor Fernando Ferrari Filho também colabora mais uma vez com a Revista avaliando o "obituário" do Plano Real e as precondições à nova estabilização econômica. O quarto artigo, de minha autoria, propõe-se a discutir a existência ou não de uma efetiva "estabilidade" no funcionamento da economia brasileira, a partir da crise do Plano Real. O Professor José Sidnei Gonçalves, do Instituto de Economia Agrícola da SAAESP discute os efeitos do câmbio sobre a agricultura nacional. A colega da FEE Beky Moron de Macadar analisa a desvalorização de real como "um teste para o Mercosul". Por fim, os Professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS Achyles Barcelos da Costa e Carlos Henrique Horn comentam a "irracionalidade no debate público" sobre a economia brasileira frente à crise cambial. Agradecemos a nossos convidados pela contribuição à Revista, reiterando que o debate sobre tão complexo, desafiador e atual tema sairá — e em muito — enriquecido com a consideração de suas análises e avaliações ora disponibilizadas ao público leitor.

Finalmente, na seção **Artigos de Conjuntura**, reunimos dois textos que tratam de questões que podem ser genericamente vinculadas à problemática das organizações. No primeiro artigo, Eduardo Strachman, da Unicamp, realiza uma avaliação mais teórica sobre a referida linha de pesquisa. E, no segundo, o colega da FEE Jorge Blascoviski Vieira analisa o caso da CEEE, sob a ótica da passagem do velho para o novo corporativismo.

A todos, nossos agradecimentos.